

Bolsonaro vai depor à PF sobre vazamento de inquérito sigiloso

Investigação foi aberta em 2021 por Alexandre de Moraes, após o presidente publicar nas redes sociais cópia do inquérito

Agência Estado

O presidente Jair Bolsonaro tem até o dia 28 de janeiro para depor à Polícia Federal no âmbito do inquérito sobre a divulgação da investigação sigilosa sobre um ataque hacker ao sistema interno do Tribunal Superior Eleitoral em 2018. A apuração foi aberta em agosto, por ordem do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, após o chefe do Executivo publicar nas redes sociais a cópia do inquérito e distorcer informações para alegar supostas fraudes nas eleições.

O prazo foi fixado em dezembro por Alexandre de Moraes, que voltou a ser alvo de ataques do chefe do Executivo. Na ocasião, o ministro do STF atendeu um pedido da Advocacia-Geral da União para ampliar o prazo de cumprimento da diligência - inicialmente fixado em 15 dias, em despacho dado em novembro. Com a prorrogação, foi estabelecido prazo de 60 dias para a realização da oitiva de Bolsonaro.

Intimação

Em dezembro, a PF intimou Bolsonaro a prestar o depoimento, configurando a segunda vez em que o presidente é instado a responder questionamentos dos investigadores no âmbito de inquéritos que tramitam contra ele no Supremo Tribunal Federal - ao todo são cinco.

A outra oitiva do chefe do Executivo, no âmbito da investigação sobre suposta tentativa de interferência política na PF, foi realizada em novembro de 2021 - após ficar travada por mais de um ano devido a impasse sobre a forma de colheita do depoimento.

Na investigação sobre a divulgação de inquérito sigiloso, também são inves-

tigados o deputado federal Filipe Barros (PSL-PR) e o delegado da Polícia Federal, Victor Neves Feitosa Campos. O presidente distorceu as informações da apuração sigilosa para fazer alegações sobre fraudes nas eleições. Na sequência, o TSE esclareceu que a invasão ocorreu em módulos que não alteram a votação em si.

As apurações correm junto ao inquérito das fake news e foi solicitada pelo TSE. A Corte Eleitoral entendeu que, ao divulgar a cópia do inquérito, Bolsonaro pode ter cometido o crime previsto no artigo 153 do Código Penal, que proíbe a "divulgação, sem justa causa, de informações sigilosas ou reservadas, assim definidas em lei, contidas ou não nos sistemas de informações ou banco de dados da Administração Pública". A pena prevista é de um a quatro anos de prisão.

O inquérito divulgado pelo presidente nas redes sociais foi aberto pela Polícia Federal 10 dias após o segundo turno das eleições de 2018 para apurar uma denúncia de invasão do sistema interno do TSE. A investigação foi solicitada pelo próprio tribunal. Nunca foram encontrados indícios de que o ataque tenha afetado o resultado das eleições daquele ano.

Apuração

atinge também o deputado federal Filipe Barros (PSL-PR) e o delegado da Polícia Federal, Victor Neves Feitosa Campos

Ministério suspende trabalho presencial

Luci Ribeiro
Agência Estado

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações anulou seis portarias que suspendiam o trabalho presencial de órgãos vinculados à pasta "em função do elevado número de casos confirmados de Covid-19 na última semana entre os servidores e colaboradores que retornaram às atividades presenciais".

O ato que torna sem efeito as decisões foi publicado nessa segunda-feira (17), em edição extra do Diário Oficial da União (DOU), depois de quatro delas terem sido divulgadas pela manhã. O documento não explica por que o governo recua para a determinação. O Ministério

da Ciência e Tecnologia é chefiado pelo astronauta Marcos Pontes, um dos ministros mais alinhados ao presidente Jair Bolsonaro.

As portarias de ontem, agora canceladas, autorizavam a suspensão das atividades presenciais, exceto as consideradas essenciais, no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), no Laboratório Nacional de Astrofísica (LNA), no Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais (Cemaden) e no Instituto Nacional de Tecnologia (INT). Na semana passada, a pasta já tinha editado portarias para barrar o trabalho presencial do Museu de Astronomia e Ciências Afins (Mast) e no Observatório Nacional (ON).



Foto: Agência Estado

Bolsonaro tem até o dia 28 de janeiro para depor à PF no âmbito do inquérito que investiga um ataque hacker ao sistema do Tribunal Superior Eleitoral

CPMI das Fake News deve retomar trabalhos em fevereiro, diz relatora

Davi Medeiros
Agência Estado

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) das Fake News deve retomar os trabalhos em fevereiro, após quase dois anos de suspensão devido à pandemia de coronavírus. O colegiado investiga a propagação de informações falsas com fins políticos, com foco no disparo em massa de mensagens durante as eleições de 2018 e a ação coordenada de perfis que atacam a honra de pessoas e instituições democráticas. O retorno da comissão foi antecipado pelo Estadão

em outubro do ano passado.

Segundo a relatora da CPMI, deputada Lídice da Mata (PSB-BA), a comissão retorna com o desafio de compreender atualizações das tecnologias utilizadas para o disparo de fake news. A parlamentar afirma que o colegiado deve empregar informações obtidas pela CPI da Covid e pela investigação em curso no Supremo Tribunal Federal (STF) - o inquérito das fake news, do qual o presidente Jair Bolsonaro é um dos alvos - para avançar nas investigações.

A parlamentar afirma ainda que a CPMI pode apontar

caminhos para prevenir a circulação de fake news nas eleições deste ano, embora o foco de atuação deva ser mantido no pleito de 2018. "Nós poderemos usar as investigações já feitas antes de nós pelo Supremo e pela CPI da Covid, que em um momento chega a se encontrar com acusados da nossa CPMI", explica a deputada. "Também, nesse período, surgem novos desafios do ponto de vista tecnológico para identificar práticas de fake news".

A comissão é composta por deputados e senadores. Em seu pouco tempo de trabalho, teve como principal

foco a atuação do chamado "gabinete do ódio" - grupo ligado ao vereador Carlos Bolsonaro (Republicanos-RJ), um dos filhos do presidente -, que alimenta a militância mais radical do bolsonarismo nas redes sociais.

Tanto Carlos Bolsonaro quanto outros integrantes do "gabinete do ódio", como os assessores da Presidência Tércio Arnaud Tomaz e Filipe Martins, tiveram o indiciamento pedido pela CPI da Covid por incitação a crime, propagação de desinformação e por estímulo ao descumprimento de regras sanitárias.

Eleições 2022

Disputas regionais viram obstáculos para criação de federações partidárias

Lauriberto Pompeu
Agência Estado

Com dois meses e meio até o prazo final para o registro no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), partidos patinam no debate sobre as federações, uma das principais novidades das eleições deste ano. Diferenças regionais, como disputas para indicar candidatos a governador e divergência sobre apoio na corrida presidencial, se tornaram obstáculos para que as alianças sejam fechadas tanto entre legendas de esquerda quanto de centro.

Um dos casos que está "travado" é a eventual aliança entre PT e PSB, que ainda discutem quem terá o direito de indicar o candidato ao governo de São Paulo, de Pernambuco e de mais quatro estados. As discordâncias também acontecem em outros grupos que querem se

aliar, como PSDB e Cidadania, e até entre membros do mesmo partido, caso do PV.

Diferentemente das coligações - proibidas nas eleições proporcionais desde 2020 -, as federações vão além da disputa eleitoral: criam uma "fusão" temporária entre as siglas envolvidas, que precisam permanecer unidas por pelo menos quatro anos. Pelo calendário do TSE, partidos e federações que tenham o desejo de participar das eleições de 2022 precisam estar registrados até 2 de abril deste ano, seis meses antes do primeiro turno da eleição presidencial. O presidente do Cidadania, Roberto Freire, afirmou que as conversas com o PSDB, que começaram no ano passado, estão avançando e que o tema será debatido nas próximas reuniões do diretório e executiva nacionais da sigla. "Estive com Bruno Araújo

(presidente do PSDB) e os nossos respectivos secretários-gerais estão analisando todos os estados, convergências e problemas", disse ao Estadão.

O principal entrave está na Paraíba, onde o PSDB faz oposição a João Azevêdo, único governador filiado ao Cidadania e que concorrerá à reeleição. Em dezembro, os tucanos aprovaram a pré-candidatura de Pedro Cunha Lima ao governo estadual. Ele é deputado e filho do ex-senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB).

Questionado sobre a discordância entre as duas legendas do Estado, o presidente nacional do PSDB afirmou que a federação "é possível", mas deixou claro que os debates precisam ser aprofundados.

'Salva-vidas'

A exemplo das coli-

gações, a federação obriga que os partidos atuem em conjunto no período eleitoral, inclusive somando os votos para conquistar mais vagas na Câmara e nas Assembleias. A nova regra foi aprovada pelo Congresso em setembro do ano passado e é vista como uma espécie de "bote salva-vidas" de partidos pequenos ameaçados de extinção por causa da cláusula de desempenho. Já PT, PSB e PSDB, que não estão ameaçados de ficar sem verba e tempo de propaganda, usam as alianças com outros partidos como forma de ampliar as bancadas no Congresso.

O impasse entre PT e PSB para formar uma federação tem refletido também na discussão da chapa presidencial. O PSB tenta atrair o ex-tucano Geraldo Alckmin para que ele seja candidato a vice do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).